

## ENTRE “NÓS” E “ELES”: AS DIFERENÇAS CONSTRUÍDAS PELAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO UNIVERSO RURAL PAULISTA

Carla Julião da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta questionamentos relacionados à sociabilização, modernização e os caminhos da economia no meio rural paulista. Tem por objetivo colocar em discussão as heranças sociais e econômicas da condição rural e o que permanece no que diz respeito às consequências sociais atreladas a construção de uma identidade do homem do campo no imaginário paulista. Sob este pano de fundo faremos uma breve contextualização para compreender tais transformações, o artigo caminha entre as leituras de obras literárias, como a de Monteiro Lobato, para compreender as representações diversificadas no que diz respeito à naturalização da identidade do homem do interior paulista, buscamos também elementos analíticos para compreender com base em estudos sobre o uso da terra e atuação de cooperativas em bairros rurais atualmente.

**Palavras-chave:** desigualdades, raça, identidade rural.

## BETWEEN “WE” AND “THEM”: THE DIFFERENCES BUILT BY SOCIAL AND ECONOMIC TRANSFORMATIONS IN THE RURAL PAULISTA UNIVERSE

**Abstract:** This article presents questions related to socialization, modernization and the paths of the economy in rural São Paulo. It aims to put into question the social and economic inheritances of the rural condition and what remains with regard to the social consequences linked to the construction of an identity of the countryman in the São Paulo imaginary. Under this background we will make a brief contextualization to understand such transformations, the article walks among the readings of literary works, such as Monteiro Lobato, to understand the diverse representations regarding the naturalization of the identity of the man from the interior of São Paulo, we also seek analytical elements to understand based on studies of land use and the performance of cooperatives in rural neighborhoods today.

**Keywords:** inequalities, race, rural identity.

### Introdução

O espaço rural ainda hoje é definido habitualmente como mundo não urbano, vinculado à visão de um mundo agrário com características naturalizadas rurais e com mínimas transformações. As mudanças no meio rural tomaram rumos não previstos pela

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista UNESP. Professora na rede pública de ensino paulista. E-mail de contato: [carla\\_juliosilva@hotmail.com](mailto:carla_juliosilva@hotmail.com)

tradicional Sociologia Rural que apontava uma diminuição da população agrícola como consequência da efetivação hegemônica do modelo produtivista, sendo a urbanização uma decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade. O mito fundador da Sociologia rural que instituiu a oposição entre campo e cidade numa relação de subordinação da primeira pela segunda como realidades espaciais e sociais descontínuas. A busca da essência do rural e do urbano envolveu um amplo debate ao longo do século XX que, dos muitos estudiosos sobre o tema - como autores Antonio Candido, Maria Isaura de Queiroz e Carlos Brandão- buscaram, em seu tempo, os caminhos analíticos no desenvolvimento das apreciações de rural a partir das perspectivas de sua modernização (CARNEIRO, 2008, p.10-11).

Tais questionamentos ganharam espaço devido a pesquisas que abordam questões de produção agrária, contingente populacional na área rural e até mesmo na literatura, este último, teve um papel significativo na construção do imaginário social devido suas interpretações e descrições sobre o ambiente e as condições dos moradores rurais em destaque aqui o Estado de São Paulo.

Assim, já no título deste trabalho direcionamos a leitura para o campo que permeia este leque de questionamentos em torno da formação social paulista. Entre “*nós*” e “*eles*” nos conduz a refletir sobre como somos levados a naturalizar modos de vida, as condições identitárias de um grupo e o lugar ocupado de cada sujeito na sociedade que, conseqüentemente, direciona a pré-conceitos sobre um determinado grupo ou sua possível inferioridade referente à sua posição social o “*nós*”, e o diferente, o desigual, o dessemelhante e o desconhecido, “*eles*”. Tal indagação leva a sensibilização do nosso olhar crítico sobre questões relacionadas a etnocentrismos e racismos pautados em problemas econômicos, políticos e sociais e raciais.

Estudos como de Giralda Seyferth (1995) auxilia a pensarmos o poder dos estereótipos e da questionável superioridade da raça branca europeia, sendo a cor da pele uma característica classificatória impondo um discurso do racismo em pressupostos da desigualdade biológica entre a espécie humana, envolvendo assim as chamadas “raças inferiores” (não brancos), as “classes inferiores”, o “sexo inferior”, os “grupos étnicos inferiores”, a “ralé pululante” (os mestiços em geral). No Brasil, assistimos o postulado de uma política intensa de incentivo a imigração branca pautada no discurso civilizacional que resultou na estratificação social, sustentadas por pesquisas científicas de Nina

Rodrigues, Oliveira Vianna e que também estiveram presentes na literatura como em Euclides da Cunha (SEYFERTH 1995, p.183-187).

Assim, podemos pensar que a hierarquização da desigualdade da natureza biológica sustenta até hoje a posição social inferior dos negros, indígenas e pobres. As diferenças de raça são utilizadas para separar pessoas e designar seu lugar na sociedade e sua posição de inferioridade social. Os traços determinantes das diferenças impõe também uma identidade negativa, genérica e pejorativa como vemos vinculada as identidades regionais de migrantes provenientes da região Norte e Nordeste, atribuindo traços fenótipos associados à inferioridade ou à incivilidade sobre uma categoria genérica de “nordestino”, “baiano”, “paraibano” (SEYFERTH 1995, p. 196).

Com relação a esta discussão podemos expandir os questionamentos sobre o que sabemos do termo “caipira”, quais elementos de discriminação associados a uma posição social ou um comportamento “não civilizado” carregado de traços classificatórios pela sua aparência, linguagem e modos de vida, termos jocosos relacionados às más condições de saúde dos moradores rurais, principalmente no Estado de São Paulo, que perpetuaram até hoje no imaginário social.

### **O sentido no uso e costume da terra e o lugar reservado ao negro no Estado de São Paulo**

Para compreender o sentido escravista no uso, costume e um possível lugar do negro na sociedade, retomamos aqui, o Estado de São Paulo seiscentista. Já havia apontamentos, principalmente no setor econômico, de diversas expedições para penetrar em regiões como Vale do Paraíba, acarretando na fundação de novas vilas por pioneiros paulistas chegando a estabelecer as vilas de Itu, Sorocaba e Curitiba, o sentido da escravidão em São Paulo se desenvolveu a partir dos princípios de exploração econômica, num primeiro momento utilizando-se de mão-de-obra indígena, mas nos moldes da exploração da mão-de-obra negra que já acontecia no litoral do estado. Os paulistas tentaram racionalizar e justificar tal prática assumindo, de forma absoluta, o controle do trabalho indígena (MONTEIRO, 1994, p.81-130).

A população paulista neste período passou a enfrentar dificuldades no setor econômico, a escravidão indígena já não estava suprindo as demandas, tampouco

possuíam a escravaria negra (RIBEIRO, 2006, p.329). Um novo modo de vida se difunde neste período que se espalhou em locais onde havia núcleos de mineração, produção artesanal e de mantimentos que supriam de animais, alastrou a língua portuguesa (dentro do que chamamos hoje de região sudeste) e conseqüentemente, em São Paulo ocorre à busca de ouro para uma economia agrícola com derrubadas e queimadas para adquirir novas áreas para plantio, serviços e outros bens. O caipira se marginaliza agora em um movimento de dependência sem a posse de terras, o sistema das fazendas optou e intensificou a utilização de mão-de-obra escrava e apelando depois para a imigração europeia maciça que colocou milhares de trabalhadores à disposição da lavoura comercial. Com efeito, o negro escravo fora condicionado a lutar contra o seu desgaste no trabalho, precisou aceitar a condição de ter o mínimo de posses e fora reduzido a si mesmo como indivíduo pela impossibilidade de manter vínculos e laços familiares. É a partir da abolição que o negro retoma ao trabalho assalariado livre, mas, em condições e eficácia ainda menor (RIBEIRO, 2006, p.358).

As conseqüências sociais deste desenvolvimento econômico paulista resultaram num crescente número de trabalho escravo livre, e a criação do proletariado industrial no final do século XIX e XX. Durante a vinda dos imigrantes europeus, em São Paulo a maioria de artesãos e operários especializados (muitos proprietários de pequenos negócios) eram pardos e pretos livres. Neste mesmo período, alguns afro-brasileiros conseguiam ascender em empregos de colarinho branco, profissionais liberais e na burocracia governamental. Na década de 1920, a crescente formação de uma classe média pequena “esmagadoramente” branca. Ter acesso negado à educação pública, marginalização nos empregos de trabalho braçal, a população negra em São Paulo estava muito mal posicionada para um cargo de colarinho branco. Censos realizados entre 1900 e 1920 nada revelam dessa luta, em 1940 demonstra que de uma população negra de 862.255 somente 623 possuíam negócios não agrícolas. Cerca de 15 % dos pardos e pretos compunham a força de trabalho agrícola em São Paulo. O setor público foi à única área que os afro-brasileiros conseguiram uma paridade. Em 1940, a população afro-brasileira em idade produtiva em São Paulo era de 12% e desta porcentagem 8,8% estavam em setores públicos, porém, bem distantes do status de classe média, se encontravam em trabalhos servis como varredores de rua, trabalhadores de construção, porteiros e serviços de escritório mal remunerados como mensageiros e serventes. Quando as ocupações são

mencionadas, frequentemente era de professores nas escolas públicas, escriturários e funcionários de nível inferior do serviço postal, coleta de impostos estadual, do governo municipal ou de agências semioficiais como a companhia telefônica (ANDREWS, 1951, p.197).

A discriminação de cor permanecia presente em São Paulo, houve denúncias dos jornais negros como *Getulino* (1923), *O Combate* (1915), *O Clarim da Alvorada* (1924-1932), *A Voz da Raça* (1933 - 1937), as colunas sociais destes jornais deixavam claro a importância do emprego federal, estadual e municipal da base econômica para uma pretensão elite negra. A doutrina da democracia racial isentava a política do Estado de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, até mesmo colocou a responsabilidade diretamente nos ombros dos próprios afro-brasileiros, aqueles que questionassem a noção de democracia racial corriam o risco de ser confrontados com uma análise detalhada das deficiências do grupo racial ao qual pertenciam (ANDREWS, 1951).

O domínio da área rural paulista ofereceu o início à expansão agrícola, e esta nova forma de vida dispersou os povoados que se concentravam nesta região e a população caipira que estava integrada em bairros, desgarrou deste convívio, foi condicionada a um horizonte culturalmente limitado, desambicioso, ocioso e vadio. O fator básico desta reordenação social e econômica foi o restabelecimento do sistema mercantil e com ele a valorização das propriedades. (RIBEIRO, 2006, p. 348-349)

O caipira paulista, portanto, se marginaliza, apegando-se a uma condição e independência inviável sem a posse de terras. Mesmo com a existência de milhões de caipiras subocupados:

O sistema de fazendas teve que promover, primeiro, uma intensificação do tráfico de negros escravos e de apelar, depois, para a imigração europeia maciça que coloca milhões de trabalhadores à disposição da grande lavoura comercial. Confinado nas terras mais sáfaras, enterrado na sua pobreza, o caipira vê, impassível, chegarem e se instalarem, como colonos das fazendas, multidões de italianos, de espanhóis, alemães ou poloneses para substituírem o negro no eito, aceitando uma condição que ele rejeita. Essa nova massa vinha, porém, de velhas sociedades, rigidamente estratificadas, que a disciplinara para o trabalho assalariado, e via na condição de colono um caminho de ascensão que faria dela talvez, um dia pequenos proprietários. (RIBEIRO, 2006, p. 351-352)

Assim, os caipiras, brancos e mulatos, insatisfeitos com terras que foram atribuídas, a eles são somados mais uma camada de marginalizados, o negro. Nestas circunstâncias, este contingente de negros, já alforriados, precisou se submeter ainda mais a uma forma de segregação mais miserável agora em relação aos caipiras brancos e mulatos e mestiços. E é nesta posição a que foram condicionados dificultará a tomada de consciência da sua condição de explorados e pelo preconceito racial de todos eles.

Em consequência, os motivos econômicos para a realização de investimentos e atrair ao país colonizador branco, se somaram aos incentivos ideológicos desta prática, a ideia de democracia racial e o branqueamento da população paulista como a imigração europeia, destinados a um melhoramento da raça, colaborou também para a crescente falta de identidade destes caipiras com a sua história que contribuiu para estudos sobre a formação social brasileira<sup>2</sup>.

### **A identidade socialmente construída do caipira paulista na literatura**

Desde a Independência do Brasil a literatura nacional preocupou-se em construir símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições do país, esse movimento crescente de elementos de uma essência nacional para fugir de formulações e ligações entre a metrópole Portugal e a sua colônia, Brasil. A possibilidade de ter uma literatura sem traços portugueses ou com tons eclesiásticos revelou-se no sertanismo romântico, no regionalismo do período realista-naturalista e os modernistas, estes últimos principalmente em São Paulo. Mário de Andrade foi o grande vanguardista do movimento modernista em São Paulo com obras de grande relevância nacional com a publicação de: “*Pauliceia Desvairada*” (1922) e o romance que também influenciou a forma de escrever as tradições brasileiras em “*Macunaíma*” (1928). Monteiro Lobato foi outro

---

<sup>2</sup> Gilberto Freyre é considerado um dos estudiosos fundamentais para a compreensão da formação social brasileira e nos estudos interpretativos do Brasil e do povo brasileiro, fez da miscigenação o centro de sua tese e foi a partir do impacto nacional e internacional exposta, principalmente em Casa Grande e Senzala, que se firmou a noção da suposta "democracia racial brasileira" que, segundo o autor, do contato anterior entre portugueses e povos de pele mais escura, como os árabes, e da consequente flexibilidade racial do brasileiro de origem lusitana - herdeiro da plasticidade característica da sociedade portuguesa, que “abrandou” as relações raciais entre nós. É autor de dezenas de livros, entre os quais, Casa-grande & Senzala (1933); Sobrados e mucambos (1936); Nordeste (1937); O mundo que o português criou (1940); Ingleses no Brasil (1948); Aventura e rotina (1953); Ordem e progresso (1959); Vida, forma e cor (1962) entre outros.

escritor paulista que produziu artigos, críticas, crônicas, prefácios, cartas, livros sobre a importância nacional em uma época em que os livros eram editados fora do território brasileiro, assim diante deste cenário, o autor também ganhou notoriedade na edição de livros também no Brasil com uma série de renovações nos livros didáticos e infantis e com temáticas relacionadas ao meio rural paulista.

A construção de uma identidade torna-se uma tarefa minuciosa, identificar no homem rural algo que o representasse passou por explicações de traços do “baixo povo rural” pelo olhar da “nobreza rural” como lembrar Carlos Brandão (1983, p. 7). Com a perspectiva do avanço do capital no Brasil, a passagem do século XIX para o XX introduziu um novo olhar dos intelectuais na construção de uma identidade brasileira. Foram produzidas múltiplas representações da população, buscando conferir uma identidade nacional que romperia com o passado de dependência, de tal modo, a dicotomia campo/cidade foi um dos temas centrais que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica. É neste momento que o Brasil e seu povo ocuparam lugar central nos debates intelectuais na passagem do século XIX para o XX, momento de busca da constituição das especificidades da nação em formação:

Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de *encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural*. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades. (PARRILLA, 2006, p.124)

O campo tinha papel fundamental neste cenário, passou a ser representado fartamente na literatura paulista do período impulsionada por escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1957), que deram ao homem do interior paulista representações diversificadas. O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas de adjetivar o homem do campo, as ideias oficializadas na literatura tomaram força até chegar aos dicionários. A palavra então se tornou sinônimo de: Jeca; Matuto; Saquarema. Pessoa nascida ou (que) vive em regiões rurais no interior do estado de São Paulo; tem modos simples e pouca instrução; indivíduo pouco sociável, sem traquejo no convívio social (AULETE, 2011, p. 260).

O habitante do campo ou da roça, em geral de pouca instrução e de modos canhestros, jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiau, tabaréu. É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “Jeca” já estão inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Para o morador do campo a sua representação, conseqüentemente, estará relacionada a “uma pessoa simples e de pouca instrução” e, mesmo que tenha outros saberes, sua cultura acaba perdendo sentido diante das obrigações da vida citadina.

Luciana Meire da Silva (2013) levanta a hipótese que o autor Monteiro Lobato não via saída para o atraso e a decadência da vida do caboclo, não é abordado o debate sobre assuntos associados à economia e sociedade, escrevendo em contraposição aos românticos, valoriza o imigrante, particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Segundo Silva, Monteiro Lobato criou a representação caricatural do caipira em São Paulo, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional (2013, p. 68, 69). Nos livros “Cidades Mortas” (1906), e “Urupês” (1914), inauguram a crítica sobre a realidade em oposição às correntes literárias da época (romantismo), a preocupação não está relacionada a uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo como responsável pelo atraso nacional, práticas irracionais deste sujeito de “pouca instrução” o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora.

Dentro destas referências, retomamos a discussão sobre o termo “mamelucos” que direciona o assunto sobre a forma de pensar o homem do campo como portador de uma natureza preguiçosa e fora dos padrões civilizatórios. Segundo esta perspectiva, o encontro étnico-cultural entre europeus e índios teria resultado no surgimento dos mamelucos, união entre os colonizadores e índias, o que dava o direito do senhor europeu sobre a índia escrava. Nessa discussão introduzida por Bosi, Enid Yatsuda aponta que:

Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, submissão do colonizado – passada a fazer do emprego da força -, é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: é dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiramente cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atribuído cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim o nativo torna-se, por *natureza*, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujo, violento, usando um falar rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais

refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura. (Bosi apud YATSUDA, 1992, p. 104)

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido (2010) se destaca quando organiza na obra “*Os Parceiros do Rio Bonito*” investigações feitas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954. Neste estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio Pires (1921)<sup>3</sup> das variadas representações do que vem a ser o caipira. Pires elaborou significados e levou em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época e por isso se tornou referência no estudo da identidade caipira. Nas suas análises, Antonio Candido aponta que:

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar *acaipiramento*, ou *acaipiração*, e que os *investigou* de fato num conjunto bastante homogêneo. (CANDIDO, 2010, p. 27)

Dentro destas variadas representações do caipira, uma das questões principais diz respeito à disponibilidade de terras. Seja em razão de situações favoráveis, nas quais o homem do campo dispõe de terras razoavelmente produtivas, ou em situações difíceis, quando mesmo possuindo um pequeno pedaço de terra, próprio ou apossado, vive para garantir a subsistência. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras o coloca em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil.

---

<sup>3</sup> Cornélio Pires ofereceu grande importância deste tema pela obra “*Conversas ao pé do Fogo*” (1921) visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova perspectiva na estrutura da vida do campo da época sem deixar de lado a identidade. Pires também inspirou-se no poema “*O Poema da raça caipira*” (1953) de Alberto Rovai fazendo referência a expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, um dos percussores a conseguir que a indústria musical brasileira lançasse discos com músicas do gênero caipira, possível até de dizer que ele foi uns dos criadores da música sertaneja. A importância das suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações, e é citado, nos estudos de Antonio Candido.

Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às margens da história, como lembra Antonio Candido (2010, p. 102). Com sua herança econômica, social e cultural, ficaram para o caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, ou para o trabalho racionalizado e voltado para o mercado, levando o mundo urbano e moderno a responsabilizá-lo por um suposto baixo nível de vida.

Nota-se que a rusticidade<sup>4</sup> do viver do caipira não escapou da criação de uma representação negativa. Para o homem pobre rural coube uma representação de vida ao personagem Jeca Tatu por Monteiro Lobato que expressa seu entendimento sobre o caboclo, utilizando-se de estereótipos pejorativos, evidenciando a construção de uma figura desqualificada de uma identidade para este sujeito que passa a ser inserido no contexto econômico nacional, de uma forma caricaturada de “fungo da terra” passa agora de vítimas por uma raça de “depauperados e degenerados sem nome”. Monteiro Lobato infla em suas obras tal identidade conformada do caboclo, unificando vários significados relacionada, e deste modo, a conformidade do conceito de sujeitos excluídos da civilização passa para a aceitação, divulgação e circulação em todo o país (SILVA, 2013, p.14).

A narrativa oferece uma ponte entre o sentimental e o afetivo que garante estabilidade para uma identidade. Segundo Tomaz Tadeu da Silva, a diferença e a identidade tendem a serem naturalizados, cristalizados ou essencializados não obtendo eficácia se, por exemplo, a narrativa criada em torno no personagem Jeca Tatu não levasse em conta o lado sentimental e afetivo do personagem. Assim, a identidade é o ponto que define a diferença e estas duas partilham de características que resultam de atos na criação linguística que não possui valor nenhum no isolamento. A linguagem é um sistema de diferenças que se constitui no contexto de relações culturais e sociais estando sujeita a relações de poder hierarquizadas e em constante disputa (SILVA, 2003, p.73- 85).

Silva (2003) também aponta que a definição de identidade e diferença se tornou objeto de disputa entre grupos sociais que relativamente estão no poder. A diferenciação

---

<sup>4</sup> Em linhas gerais, o significado geral da palavra rústico associa-se ao que é campestre, rural, ao que está relacionado ou pertence ao campo, ao ambiente rural. Rusticidade é um substantivo feminino que nomeia a qualidade daquilo que é rústico, que possui indelicadeza, grosseria, incivilidade.

é o processo central para a construção da identidade e que, conseqüentemente, a diferença é produzida. Segundo o autor:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2003, p. 81).

A identidade e a diferença se traduzem em declarações de quem pertence e quem não pertence, sendo assim, uma separação entre “nós” e “eles” e estão estreitamente ligadas às formas de classificação que a sociedade produz (SILVA, 2003, p. 82).

### **Uma modernização civilizatória para o campo**

O Estado de São Paulo foi palco de mudanças no período de ocupação territorial, desde a empreitada de encontrar terras produtivas para o plantio de café e para a ampliação das linhas férreas, até o avanço que culminou em apropriações e expropriações de terras. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras colocava o camponês (e ainda coloca) em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil.

Medidas políticas tomadas a partir de 1850, tais como: “Lei Eusébio de Queiroz”, criada para solucionar o problema da falta de mão-de-obra escrava e garantir o comércio interprovincial, porém, tal problema cominou em outras indagações sobre a sustentação das lavouras de café e do sistema escravista no Brasil. Conseqüentemente, outra lei conhecida como: “Lei de Terras” (1850), que passa a reorganizar a política ao acesso a terra estimulando a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café buscando interesses lucrativos se renovavam e ganhava um novo sentido para a posse de terras<sup>5</sup>. Aquele pedaço de terra que foi cedido para o camponês pobre agora poderia

---

<sup>5</sup>Com a extinção do tráfico de escravos, num momento em que as tradicionais lavouras nordestinas encontravam-se em crise, o governo passou a estimular a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas

apresentar lucros para o mercado agrícola, assim o lavrador “dono”, “posseiro” ou “agregado” era expulso, empurrado para outro lugar sendo submetido a reconstruir sua vida em outro lugar. Esta prática se tornou interminável dentro das fronteiras do estado paulista, segundo Carlos Brandão, muitos tiveram suas terras usurpadas por grandes proprietários que chegavam com títulos nas mãos sendo forçados a vender suas terras, alguns migraram para outros lugares, outros foram absorvidos pelas fazendas como trabalhadores diretos, parceiros, sendo permitido em alguns locais ter uma “roça de comida”. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras colocava o camponês (e ainda coloca) em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil. (BRANDÃO, 1983; p. 7-11).

Pesquisas relacionadas ao meio rural paulista, a partir de 1978, toma como objeto de análise questões sobre o desemprego e a segurança tanto no meio rural quanto no urbano, e a entrada da cultura da cana de açúcar para a produção de álcool combustível que influenciaram também nas políticas de acesso à terra empurrado pela crise do petróleo.

No âmbito jurídico, a Constituição de 1988, sobre a lei n. 8629/93, deu uma nova classificação aos imóveis rurais distribuindo-os em pequena propriedade, média propriedade e propriedade produtiva, porém, no quesito relacionado ao latifúndio, minifúndio da empresa rural e da propriedade familiar, iguala o pequeno produtor ao assentado, que substancialmente, nos leva a variadas interpretações, sendo uma delas a lógica de mercado para instrumentalizar a força de trabalho,

Seus interesses estão, sem sombra de dúvida, muito mais próximos dos empregados rurais, do que dos grandes proprietários. Estes trabalham a terra, mas de forma indireta, determinando ordens, na condição de empregador. Os pequenos proprietários, chamados também de camponeses, usam mão-de-obra paga em dinheiro, (em espécie somente em situações excepcionais, exercendo, apenas em raras ocasiões, um controle sobre o trabalho alheio). (MANIGLIA, 2002; p. 82).

---

plantações, ao mesmo tempo em que reorganizou a política de acesso à terra, com a chamada Lei de Terras, de 1850. Mas a extinção da escravidão no Brasil, apesar de continuar sofrendo críticas e oposições, ainda seria postergada através de medidas graduais de manumissão, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários, até a promulgação da Lei Áurea, em 1888.

Análises que abordaram questões no setor econômico e populacional, o Estado de São Paulo teve o dobro do crescimento populacional no campo (3% a.a. contra 1,5% a.a.) no ano de 1999, e somente na região Sul do país que houve sinais de queda nas áreas rurais. Os setores que tiveram queda na produção e problemas nas receitas e despesas agrícolas, os juros e despesas bancárias que aumentaram de 5% para 15,3% no período de 1985-1993 devido à grande estabilidade financeira. (SILVA, 1996, p.66).

Em outros estudos José Graziano foi destacou o aparecimento de atividades não agrícolas. O autor aponta que o emprego de natureza agrícola vinha decaindo em todo país nos anos de 1992-1999, mas a população residente no campo voltou a crescer – ou, segundo o autor, parou de cair -, este cenário é explicado em parte pelo aumento do emprego não agrícola no campo. As atividades não agrícolas no Estado de São Paulo que vem ganhando espaço nos bairros rurais e são conhecidos como sítios de recreio, serviços destinados ao lazer (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas) ou de atividades produtivas com considerável valor comercial, produção de flores, hortaliças, pomares domésticos próximo das cidades. O *part-time farmer* refere-se ao novo ator social consolidado no paradigma da sociedade “pós-industrial” procurando adequar atividades agrícolas e não agrícolas no campo, constitui nos agricultores em tempo parcial, além das atividades tidas como agrícolas não necessariamente somente um fazendeiro, mas, um trabalhador autônomo. (SILVA, 2001, p. 6).

A partir da questão levantada por José Graziano, autores como Maria Nazareth B. Wanderley apontam que tal adaptação às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural reformulam o sentimento de pertencimento, o agricultor familiar não é passivo sem resistência perante a sociedade capitalista, pelo contrário, ele constrói sua própria história neste complexo campo de forças entre o que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos na sociedade moderna. (WANDERLEY, 2003, p. 58)

O intenso campo de reflexão, que embora ultrapasse os limites de uma estrutura acadêmica, possui em si expressões teóricas, debates e pesquisas sobre agricultura familiar que ocorrem nas entrelinhas, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global, cria-se um novo patamar teórico para a agricultura e o meio rural. Contudo, o valor conceitual sobre a categoria agricultura familiar sofre dificuldades do ponto de vista teórico, para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a

definição operacional adotada pelo Pronaf<sup>6</sup> e, para outros, corresponde a uma determinada camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos agricultores”, os chamados agricultores “consolidados”, ou que tem condições em curto prazo de se consolidar, assim, outras configurações de produção e forma social oferece elementos analíticos e ocupam um lugar importante no cenário atual da economia e sociedade brasileira. (WANDERLEY, 2003; p. 43-44).

A “modernização” da organização do trabalho no campo não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, mesmo integrada ao mercado e respondendo as suas exigências, ela é orientada pelas novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido, em muitos casos permanece as estruturas da divisão do trabalho com origem na tradição camponesa não abolida. O insucesso ou minimização econômica, sem grandes investimentos e no amparo governamental, a agricultura passa a associar-se a uma “relação de negócios” que transforma as relações sociais no campo, supervalorizando um em detrimento do outro (WANDERLEY, 2003, p. 43-44).

Diante deste cenário, notamos que o meio rural encontra-se em processo de transformações, tanto nas atividades econômicas quanto nas realidades sociais e culturais, tornou-se difícil aplicar uma definição uniforme sobre a noção de rural, de um lado o debate sobre uma possível extinção da tradição cultural fundada na prática agrícola (o agricultor familiar ou o camponês) pela lógica capitalista atual, as ações diretas de cooperativas que oferecem amparo financeiro e mediam cada vez mais o acesso do agricultor a créditos financeiros de bancos em que o agricultor pode oferecer em troca a produção ou até mesmo suas propriedades. Do outro lado, as reestruturações dos elementos da cultura rural veem incorporando releituras da cultura urbana, trazendo para o mundo rural possibilidades de manter viva a cultura local e contribuir para alimentar e reforçar os vínculos com o campo, não cabendo mais na afirmação da tendência ao seu esvaziamento social, econômico e cultural, pensar a ruralidade como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades que não são homogêneas e nem, necessariamente, vinculadas à produção agrícola (CARNEIRO, 2008, p.11).

---

<sup>6</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura.

A compreensão da complexidade de analisar o processo de transformação social que acontece no campo pela visão dicotômica de campo/cidade resulta numa visão de mundo generalizado, simplificando as relações sociais, reproduzindo a racionalidade produtiva e tecnológica dos valores urbanos, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural produz uma situação que não se traduz necessariamente os valores do campo, os “neo-rurais”<sup>7</sup> não produzem uma ruptura com o modo de produção capitalista, que acabam reproduzindo a ideologia burguesa e um estilo próprio de vida próximo aos padrões urbanos, só que em outro cenário (CARNEIRO, 1997, p.61).

O desaparecimento da fronteira entre rural e o urbano e a expansão de novas reflexões sobre os instrumentos analíticos elaborados para compreender o universo rural continuam qualificando espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas sustentados na dualidade das categorias genéricas. Entre esses instrumentos, segundo Maria José Carneiro, em dados colhidos e analisados do PNAD- realizada pelo IBGE no ano de 2000 que demonstra que

No Brasil, ainda que mais de dois terços da população estejam contabilizados como “urbana” (IBGE, 2000), a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está nas áreas rurais. Segundo os dados da PNAD, a população rural brasileira vem aumentando a partir da segunda metade da década de 90, recuperando uma taxa de crescimento anual (1,1% ao ano) muito próxima do crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano), apesar das diferenças entre regiões do país. Em São Paulo observa-se uma maior revitalização do mundo rural, ao passo que a região Sul o movimento de esvaziamento do campo ainda é predominante. Mas o interessante é que esse movimento de retração do êxodo rural é acompanhado pelo declínio expressivo das ocupações não agrícolas, que, segundo os dados da PNAD, passam a crescer a uma taxa anual de 6,1% no período 1996-1999 (CARNEIRO, 2008, p. 17).

Assim, o tema lida também com a ambiguidade que de dois elementos para reflexão, uma seria a permanência da dicotomia entre rural e urbano e o universo, a outra,

---

<sup>7</sup> Nas análises feitas de Maria José de Carneiro (1997) o termo “neo-rurais” exemplifica os significados das práticas sociais que permeiam, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos, movimentos de pluriatividade e a *cultura country*. No processo de pluriatividade, a integração da aldeia à economia e à sociedade global, realizando inovações agrárias, turísticas e culturais permitindo adaptarem-se as necessidades econômicas e técnicas a favor da sua existência e o sistema de valores. A *cultura country*, no âmbito da feira agropecuária a cidade se ruraliza, promovendo uma inserção singular do rural no mundo geral, desvincilhando da noção que o associava ao tradicional, sendo uma afirmadora do mundo rural com o mundo urbano, expressão de modernização do rural. (CARNEIRO, 1997; p. 59-60)

das pequenas cidades formalmente definidas como urbanas entre pequenos municípios que estariam na mediação de dois códigos de relações sociais, a integração do mundo rural com o sistema mais geral de cidades e a vinculação com a natureza (CARNEIRO, 2008, p.20).

### **A atuação das cooperativas**

O cooperativismo tem por princípio o auxílio e o fortalecimento das atividades produtivas, pois pode amparar resultados positivos, bem como na facilidade de inserção e participação mais ativa na economia. O acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais possibilita para o pequeno agricultor familiar a oportunidade de fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas como aponta Marta Clea Andrade e Daniela Cristina Alves no artigo: “*Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso*” (2013).

No entanto, as relações entre o meio urbano e rural, sem integrá-las aos movimentos políticos, econômicos, culturais e simbólicos marcados pelas revoluções modernas como a Revolução técnico-científica, não é possível compreender as modificações sobre as concepções do campo para os atores sociais; ora as classes rurais (grandes proprietários e camponeses) são vencidas, ora são cooptados; ora são integrados ao bloco hegemônico, ora conseguem espaço e voz para manifestar suas reivindicações afirmando os espaços de representação opondo-se ao do dominante (RUA, 2005, p.45). As representações dominantes de uma sociedade estão relacionadas ao exercício do poder, domínio do Estado e do poder hegemônico que produzem representações do espaço e influenciam na produção de símbolos, códigos, e sistemas de signos dominantes de uma sociedade. Tal poder, centrado na cidade moderna capitalista, produz signos territorialidades tanto do “rural” quanto do “urbano” redefinindo seus papéis e identidades que são alterados por atores que detém deste poder. Ao se referir ao espaço socialmente construído, territorializado, que expressa um lugar de relações, apropriações e dominações, o autor salienta que:

Este tipo de representação tem a capacidade de dar conta da dinâmica das ações apreendidas no espaço e isso é importante, porque ela esta em constante transformação ao longo da história (bem como as relações de poder), influenciando a permanente redefinição desse espaço e, conseqüentemente, do território. É a essa concepção de espaço, feito território, que nos referimos daqui à adiante. (RUA, 2005, p. 46)

O entendimento sobre as desigualdades em espaços periférico-rurais dominados pelos centros urbanizados produz e reproduz a dicotomia atrasado/adiantado. O espaço rural e o espaço urbano, campo e cidade, integram a mesma racionalidade espacial marcada pela organização a partir da cidade, da indústria, da terceirização na sociedade contemporânea, bases reprodutivas do capitalismo. A polarização construída entre estes é exercida pela lógica de produção, produz e reproduz relações somente agrícolas, não levando em conta as interações sociais presentes no espaço, colocando este como um ambiente de produção, a terra como uma fábrica que somente produz algo, sendo vazio de relações sociais.

Cada vez mais, tem subordinado o campo- visto como atrasado, incivilizado, rustico. Estas imagens são reforçadas pela linguagem: civil-civilizado; urbs-urbano-urbanidade; polis-polido-educado-político; burg-burguês. O próprio termo cidade (em suas múltiplas origens) é apropriado para criar a representação social do “burguês polido, político, educado, cidadão”. O rural – rus, ruris, em latim, que derivou em rude- passa a ser visto como o “outro, nessas representações”. Com os estudos a respeito do desenvolvimento, posteriores à Segunda Guerra Mundial, em que enfatizou o tecnológico em detrimento do social e das comunidades (visão predominante até hoje), o rural foi sendo construído como sinônimo de agrícola, o que acelerou, mais ainda, as dicotomias existentes. Também na política oficial o rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas à produção); a agricultura de exportação, tecnicamente avançada, tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamado de “agricultura de subsistência” e considerado os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social. (RUA, 2005, p. 48)

Para João Rua (2005) duas dimensões contribuem para os estudos sobre identidade rural, uma sobre como dimensão jurídico-político, onde o território é visto como espaço delimitado e controlado, um processo de “urbanizar” espaços rurais na perspectiva de arrecadação de IPTU<sup>8</sup> e a outra, faz referência à dimensão territorial como simbólico-cultural, visto como apropriação/valorização de um grupo sobre seu espaço que marcam a inscrição da cultura sobre o espaço não podem ser pensados como polaridades, mas como interações que não podem ocultar as disputas sócio espaciais que obrigam as reconfigurações das escalas de ação.

---

<sup>8</sup> Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

A agricultura familiar tem sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade. Nesse sentido, Pires (2010) salienta que as cooperativas são concebidas pela sua capacidade de organizar o espaço e a produção rural e se identificam como uma alternativa capaz de organizar a atividade produtiva, potencializando as vantagens da agricultura familiar e revitalizando os territórios.

No entanto, os pequenos agricultores que buscam a permanência no campo, precisam constantemente lidar com a presença, ou “ajuda”, das cooperativas que fazem a mediação do agricultor com setores financeiros e os meios de produção (insumo, tratores, colhedoras, plantadeiras, sementes, silos de armazenagem de grãos, entre outros.) ditando regras de plantio que acabam subordinando o pequeno agricultor a seguir tais regras para conseguir manter as estruturas de uma produção agrícola. Porém, entre auxílios estruturais e créditos financeiros, muitos agricultores que não conseguem manter uma escala de produção instável com variáveis climáticas, acabam se endividando, e em últimos casos, perdendo suas propriedades.

Há pesquisas de campo que abordam sobre o esvaziamento do campo devido ações diretas das cooperativas. Um dos trabalhos que podemos citar é a dissertação em questão intitulada como: *“Permanências em movimento- resistência familiar no bairro rural Taquaruçuzinho em Frutal do Campo (SP).”* (2019) levantada à questão sobre o impacto das ações das cooperativas aos pequenos agricultores da área rural deste município, principalmente sobre o endividamento e a compra/venda das propriedades destes agricultores, observando a reprodução social dos mesmos frente à presença cada vez mais intensa do agronegócio vinculando seu modelo nos territórios pertencentes à agricultura familiar.

## **Conclusão**

Ainda não há um esgotamento do assunto relacionado ao rural brasileiro, também não podemos atribuir um modelo de morador rural com traços puros, tão pouco colocar a terra somente como um objeto de trabalho como expressão de um fator produtivo sem levar em conta os valores sociais nela contida. Estudos bibliográficos para ampliar o debate sobre a diversidade se manifestam nas múltiplas interações do global- numa lógica

do desenvolvimento capitalista- com os locais, o rural como um espaço incorporado/ incorporador ao/do processo geral de urbanização (RUA, 2005; pg. 59-62).

É possível encontrar referências literárias sobre a territorialização do agronegócio no campo brasileiro, cooperativas, inclusive no interior do Estado de São Paulo, questões sobre a trajetória histórica e de tradição religiosa nos bairros rurais<sup>9</sup>, porém, desdobramentos no trabalho empírico ainda são mínimos, tanto sobre as cooperativas ativas na região quanto para os pequenos agricultores<sup>10</sup>. Assim, devido às características periféricas e dependentes que marcam a travessia da sociedade brasileira em um complexo processo de modernização, a estrutura social, político-econômica nacional se mantém largamente amparada nas atividades agropecuárias, sendo este, um tema de relevância para as ciências sociais brasileiras contemporâneas. A ruralidade permanece como uma das principais bases de sociabilidade no Brasil, transformando-se ao longo do tempo e contribuindo, assim, para a composição da modernidade brasileira.

A abordagem de temas de uma ótica cultural preocupada com a produção das identidades sociais põe em relevo uma característica importante dessa dinâmica. Contudo, mesmo integrado ao urbano, ainda é possível observar dificuldades nesta relação. O componente racial ainda é pouco associado a construções de diferenças entre o que é do universo rural e urbano. O componente racial é construído elegendo alguns traços como determinantes de características relacionadas ao fenótipo, à inferioridade ou a incivilidade, construindo assim uma identidade negativa, genérica e pejorativa alimentando uma inferioridade física, moral e intelectual (SEYFERTH, 1995, p.196).

Esta pertinente reflexão de Giralda Seyferth nos auxilia na discussão apresentada neste artigo. A construção de diferenças pode ser relacionada a construção de identidades? Quando nos referimos a estudos do universo rural o tema, geralmente, está relacionada a somente questões econômicas, produção de alimentos e avanços no agronegócio? Por que as identidades de raça e classe onde a origem biológica tem papel central na desqualificação social? *Caipira* é aquele “que tem hábitos e modos rudes, devido a pouca

---

<sup>9</sup> Sobre este assunto podemos citar: José Eli Veiga. *A Dimensão rural do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura (2004); Elen Angela Silva. *A festa do encontro, festa dadivosa: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG*. Dissertação (2014); Luciana de Oliveira Chianca. “*Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa*” (2007)

<sup>10</sup> Sobre estes temas podemos citar os trabalhos de: Bernardo Mançano Fernandes (1999); Rogério Haesbaert (2004); Marcos Aurélio Saquet (2007); Bernadete Maria Coelho Freitas (2012); Geraldo Delgado (2013) entre outros.

instrução ou escasso convívio social” ou é uma construção arraigada no imaginário popular e se manifesta através dos estereótipos?

### Referências bibliográficas

ADUB. Katia Maria. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In FERREIRA, A.C (org.) **Encontros de História**. EDUNESP/FAPESP/ANPUH. São Paulo, 1999.

AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

ANDREWS. G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. 1951. Tradução-Edusc, Bauru, SP. 1998.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada**: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara. Araraquara São Paulo, mimeo, 1989.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo. Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro. Ed. Ouro sobre Azul, 2010.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Texto publicado nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto, 1997.

\_\_\_\_\_. **“Rural” como categoria de pensamento**. Ruris. Volume 2-nº 1. Páginas 10-38. Março de 2008.

FERNANDES, Antonio Donizeti. **A aventura do risco entre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar**. Mímio. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP- campus de Marília, mimeo. Marília/SP, 2002.

FERNANDES, Liliana Laganá. **O bairro rural dos Pires: estudo de geografia agrária**. – Trabalho de Mestrado. Departamento de Geografia – FFCL/ USP. São Paulo: USP/IG, 1971.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertões e Bairro Rural (parentesco e Família entre sitiantes tradicionais)**. São Paulo. Editora Ática, 1979.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guairá Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MACHADO, Júlio. **Dimensões do Processo histórico de desenvolvimento econômico do primeiro cinquentenário do Município de Assis (1905-1955)**. São Paulo. O Autor, 2005.

MARTINS, José de Souza. A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 6. Universidade de São Paulo. São Paulo 1969.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra**. São Paulo. Ed. Paulus. 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDRAS, Henri. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.

MILLIE, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. São Paulo. HUCITEC, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Armand Colin, Paris, 1952. Tradução de Ilse Hildegard Haupt da Motta “Pioneiros e Plantadores de São Paulo” [s.l, s.n] [s.d].

MÜLLER, Nice Lecocq. **Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia e Letras. Departamento de Geografia. São Paulo. Boletim 132; Geografia nº7, 1951.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo. Ed. Unesp, 2006.

PARRILLA, Aline Franciele. **Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)**. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PIRES, M. L. L. S. O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, p.200- 212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis. 2ª edição. Vozes, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo. Ed. Livraria Duas Cidades, 1973.

REIS, Jussara Christina dos. “**A gente é nascido e criado aqui**”. **Memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista- SP**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP – campus de Marília. Mimeo. Marília/SP, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

SEYFERT, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico/93. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Luciana Meire. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petropolis/RJ. Editora Vozes, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

YATSUDA, Enid. O Caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo. Editora Ática, 1987.

*Recebido em:* 26 mar. 2021.

*Aceito em:* 18 maio 2021.